

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 151

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE NOVEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Annibelli.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, Retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 124/99, item 02, em 1ª discussão, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 01.11.2000.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2087

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Euro Brandão ocorrido ontem, dia 31.10, nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 75 anos de idade faleceu, em data de ontem, nesta capital, o Professor Euro Brandão, que deixou a mãe Noêmia, a esposa Aidê, os filhos Roque, Marcello, Tarcísio e netos.

O Paraná perde o professor, o engenheiro, ex-reitor, ex-ministro da Educação, o artista plástico, filósofo e escritor. Enfim, Euro Brandão foi um homem completo:

Iniciou sua atuação como educador em 1950 na Universidade Federal do Paraná;

Foi coordenador do curso de Engenharia Civil e chefe do Departamento de Construção Civil da UFPR;

Ocupava a 17ª cadeira da Academia Paranaense de Letras e era membro do Instituto de Engenharia do Paraná;

Integrou o grupo de professores que criou, em 1958 a Faculdade Católica de Filosofia e Letras que mais tarde se tornou Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR);

Durante 11 anos foi reitor da PUC-PR (entre 1986 e 1997) e atualmente exercia a função de assessor especial da Reitoria;

Foi Ministro da Educação e Cultura do Brasil entre (1978 e 1979) e também secretário do mesmo órgão (entre 1974 e 1978).

Criou a Secretaria da Cultura e o Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura;

Foi responsável pelo projeto de Habitações Básicas - tipo de educação profissionalizante no ensino médio;

Entre outras obras, foi responsável pelo projeto do Hospital Cajuru, Viaduto do Capanema e Museu dos Expedicionários;

Era especialista em pontes e grandes estruturas e desenvolveu um extenso estudo sobre transportes em massa;

Foi diretor-superintendente da Estrada de Ferro “Rede de Viação Paraná - Santa Catarina”, em 1967;

Também foi secretário de Estado para Negócios de Transportes, entre 1973 e 1974;

Autor de várias publicações sobre educação e engenharia, como O Século da Máquina e Flagrantes Educacionais e Culturais.

Desde jovem se interessava por pintura e com sua arte participou de várias galerias nacionais e estrangeiras.

O passamento do professor Euro Brandão veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Euro.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Euro Brandão, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Professor Euro Brandão para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seu servo Euro sob a Sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Brandão, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente e senhores deputados.

No final da tarde de ontem acompanhamos o pedido de demissão, do chefe da Casa Civil.

O ex-ministro, ex-prefeito, Alceni Guerra, no dia de ontem, toma uma atitude pessoal, segundo ele, depois de muita reflexão, pensando no resultado das urnas e pensando no governo do Estado nos próximos dois anos.

Nós, deputados estaduais que compomos a base de sustentação do governo sentimos na base nessas eleições as dificuldades encontradas por problemas existentes dentro da administração do governo do Estado. Mudanças têm que acontecer, a classe política tem que ser prestigiada e vejo que com essa ação do chefe da Casa Civil e de outros secretários que pedem demissão, que se afastam dos cargos, para que o governador Jaime Lerner possa fazer a reformulação necessária neste momento. Espero que isto aconteça. Há necessidade de diminuir o número de secretariado, há necessidade de fazer reformulação, de aproveitar a classe política, de prestigiar companheiros que participam da militância e defendem essa corrente. O momento é agora.

Espero que no decorrer do dia de hoje, com esse final de semana prolongado, com o feriado que no dia de amanhã acontece, possamos ver a reflexão do nosso governador, para que logo no começo da próxima semana aconteça tudo aqui que é necessário para que o nosso governo comece o terceiro governo nesses próximos dois anos. Dessa forma direcionando, arrumando e fazendo com que o governo trilhe no caminho das necessidades dos anseios populares e dessa forma fazendo com que novamente se aproxime diretamente do povo paranaense, fazendo com que o governo seja daqui dois anos “bem vindo” com seu candidato a sucessão, para que possamos disputar de igual para igual as eleições em 2002.

Tenho certeza, que com essa ação do chefe da Casa Civil possamos ver os demais secretários tomarem posições e o governador Jaime Lerner fazer a reformulação que todos nós que militamos, que fazemos a política no interior que vivemos o dia-a-dia, vemos que é necessário.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO

Permite um aparte, deputado Plauto?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Permite um aparte, deputado Plauto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos no Pequeno Expediente, não é consentido a permissão de aparte. Mas Vossas Excelências poderão usá-lo também.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Inscrevo-me então, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência poderá ser o próximo orador.

O SR. ALGACI TULIO

Inscrevo-me na sequência, senhor presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente nem vou ocupar a tribuna tão somente para fazer com que as palavras do ilustre deputado Plauto Miró tenham realmente ressonância aqui ao lado do Palácio Iguçu.

Temos a honra e satisfação, de representar com o deputado Plauto, com o deputado Péricles, Ponta Grossa e as regiões dos Campos Gerais. O governador nesse seu segundo mandato está a dever ao ilustre deputado Plauto, que é o companheiro leal, seu amigo e correligionário, a palavra devida à cidade de Ponta Grossa e à Região dos Campos Gerais com a escolha quando fosse fazer a reformulação do seu secretariado, de um dos nossos amigos da cidade, da região aonde eu, mesmo sendo de Oposição, tenho a satisfação de referendar o nome do ilustre deputado a qualquer cargo de primeiro escalão que o governador deve à minha cidade e região. Entendo isso, mesmo continuando sendo Oposição, de que o deputado merece o respeito, a lembrança e a indicação que tão bem, como líder do PFL, tem feito a defesa do governador nesta Casa.

Aproveito, deputado presidente e deputado Plauto, que se amplie esse ato de demissão feito pelo Chefe da Casa Civil ao comandante da Polícia Militar do Paraná que nenhum sentido desumano e desonroso àquela Instituição que tão bem fez ao Paraná, à nossa segurança e história, que também ele e eu estarei na próxima semana entrando neste assunto, ele que tenha a decência de entrar com o seu pedido de demissão para que possamos reformular não só o secretariado mas o posicionamento e direção da Polícia Militar do Paraná.

Parabéns, deputado Plauto que mais uma vez honra a sua representação e defende esta Casa, que precisa o governo ser mais flexível e ter a presença de políticos para bem entender não os reclamos da Oposição mas as necessidades do povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o terceiro orador inscrito, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade, a tomada de posição do secretário chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, demonstra bem a preocupação que passa a ter o governador Jaime Lerner em relação aos próximos passos a serem dados.

Há uma semana atrás, ocupei esta tribuna para me posicionar em relação à equipe do governador, ao distanciamento que têm os senhores secretários e o próprio governador para com esta casa. Se o governador conversa, conversa com dois ou três parlamentares e esquece que tem uma bancada que lhe dá sustentação nesta Casa. Falava que era necessário se fazer algumas alterações. Tenho a impressão que o resultado das urnas faz com que o governador e sua equipe passem a entender melhor os

recados que dão seus parlamentares, que fazem parte da sua bancada governista.

Ainda ontem, estivemos na Secretaria de Segurança Pública, conversando com o secretário José Tavares, discutindo vários assuntos de uma área que tem sido bastante trabalhosa para o governo e que é bom lembrar aqui que o movimento feito pelos policiais militares que ameaçaram a greve, que a greve que foi iniciada pela Polícia Civil e que depois, pela intermediação desta Casa e deste parlamentar, conseguimos fazer com que voltassem ao trabalho, porque se houvesse ocorrido a greve dos policiais militares, se tivesse continuado a greve dos policiais civis, por uma falta de melhor entrosamento, por uma falta de melhor entendimento dos homens do governo, e - pasmem senhores - chama a Polícia Militar para conversar, para negociar e não chama a Polícia Civil. Esse foi um erro tremendo praticado pela equipe do governo e que provocou toda esta situação na época das eleições.

Só imagino se a Polícia Militar tivesse realmente entrado em greve, se a Polícia Civil tivesse continuado o seu processo de greve, certamente, se imaginar que temos em Curitiba, na Polícia Civil, aproximadamente mil homens, se temos uns 18 mil policiais militares, dez mil em Curitiba, se você calcula dez da Polícia Militar mais um da Polícia Civil, isso multiplicado por três ou por quatro em cada família, certamente daria a diferença que deu na vitória do prefeito Cassio Taniguchi, e nisso a equipe do governo não se ateve. Em momento algum se posicionou para uma negociação.

Tomamos a iniciativa e conseguimos convencer os policiais civis - depois de uma reunião na Casa Civil, graças também ao tino político que tem o secretário Alcení Guerra, que lamentavelmente, agora deixa o governo do Estado. É uma perda irreparável para o governo do Estado. A Casa Civil sempre foi um setor bastante dificultoso para o governador Jaime Lerner. Passaram vários companheiros por lá e sempre tivemos algumas complicações, e agora que se avizinha aí, pelo menos se avistava uma boa condição de entendimento e de comunicação, infelizmente, agora, acontece esse fato. Mas que sirva de exemplo ao governador.

Não basta apenas mudar nomes. É necessário enxugar a máquina, também. Ora, se o Departamento Penitenciário sai da Secretaria da Justiça e passa para a Secretaria da Segurança Pública, entendo que está aí aberta uma grande possibilidade ao Governador Jaime Lerner, de fundir duas secretarias numa só. A Secretaria da Justiça, que ficou com pouquíssimas atribuições e funde com a Secretaria da segurança Pública, que, evidentemente, terá economia, irá evitar o desgaste político e vai resolver todos os problemas, porque o Sindicato dos Agentes Penitenciários e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, tentam reverter a transferência do Depen, que já foi feita por decreto, erradamente pelo governo, tinha que fazer por projeto de lei, por mensagem e que já assumiu, ontem, um novo coordenador.

Quer dizer, abre uma nova briga dentro do governo. Então aí está a possibilidade: se quer que o Depen fique na Secretaria de Segurança Pública, funda a Secretaria da Justiça à Secretaria da Segurança Pública e encerra essa complicação toda que está aí.

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Deputado Algaci Tulio, hoje me considero bastante analfabeto por duas colocações divulgadas pela imprensa. A primeira que o governo do Estado tem 27 Secretarias e, como deputado, me senti analfabeto porque analfabeto é todo aquele que não sabe e que deveria saber. E, no caso, tenho que me penitenciar, porque me considero analfabeto, porque 27 Secretarias jamais imaginei que o Estado as tivesse e estivesse pagando 27 secretários. A segunda foi quando tomei conhecimento que um delegado de polícia ganha aproximadamente no final da carreira, 15 mil reais. Quando vejo aqui as notícias chamando deputado de ladrão, porque ganhamos quatro mil e seiscentos líquido e que ficamos aqui em cada dois anos fazendo eleição, pagando do nosso bolso. Então quando dizem que os deputados são ladrões porque ganham facilmente o dinheiro do povo, altos salários, acabei hoje ficando apreensivo com essas duas notícias. Primeiro: 27 secretarias e um funcionário delegado que admiro e respeito, ganhando 15 mil. Vejo aqui deputados que estão aqui há anos: 10, 12, 15, 16, 20 anos e que se encerrar o mandato amanhã, não levam um centavo sequer para sua casa de aposentadoria.

Vejam como a classe política nossa tem se acovardado, se acovarda constantemente. Não sabemos quantas secretarias existem e somos do governo. Não sabemos então, na verdade, quanto ganha um funcionário público do estado e estamos aqui levando cacetada constantemente de todos. Porque quando aqui não votamos o que eles querem nos xingam das galerias e temos que começar a fazer uma reflexão, nos reunirmos mais os deputados: tanto da Situação como da Oposição, reunirmos mais, termos mais informações para podermos defender com grandeza o povo do Paraná aqui neste Plenário.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

E a informação, deputado Cartário, significa a ligação entre esta Casa e o Palácio Iguaçu, coisa que é difícil de acontecer, especialmente, pelo menos para os deputados da ala governista.

Então, senhor presidente, sugiro, passo aqui como sugestão ao governo do Estado, se o momento é enxugar a máquina pública, e o será, porque está aí a Lei Camata, está aí a Lei de Responsabilidade Fiscal, está na hora de o senhor fundir algumas secretarias para economizar e até para evitar um desgaste político, como já se anuncia aí, por exemplo, de chamar vereador eleito em Curitiba, recentemente eleito para assumir secretaria de Estado.

Quando não se fala, de repente, de algum parlamentar desta casa, de repente, assumir algum cargo de secretário de Estado.

Então, acho que está na hora do governo do Estado analisar bem toda essa situação, aproveitar o momento e dar um bom exemplo. temos Lei Camata e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo está mal de caixa. O momento agora é fundir Secretarias. E já estou sugerindo em fundir a Secretaria de Justiça à Secretaria de Segurança Pública, até porque o secretário José Tavares já foi secretário de Justiça e agora é secretário da Segurança Pública.

Quer dizer, um homem pode fazer os dois trabalhos, até porque ficou capenga agora a Secretaria de Justiça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PL. PST. PSL. PDT. PPB. PMDB. PFL. PSDB. PTB.

(Declinam)

Liderança da Oposição.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O que está desmanchando é o governo Jaime Lerner, no Paraná. E isto não foi por falta de aviso, de manifestação das Oposições, porque neste últimos 6 anos, em que o governador está exercendo a função maior deste Estado, do ponto de vista de gerenciamento, as Oposições, os Partidos que integram a Bancada da Oposição temos sempre nos manifestado, nesta Casa, no sentido de que o governo pudesse retomar o apoio aos municípios do Estado do Paraná, que cumprissem os convênios firmados com os prefeitos municipais.

E tem razão, sim, o deputado Plauto Miró Guimarães quando diz que os deputados que atuam no interior do Estado, que têm sua base política fincada no município, com apoio dos prefeitos, vereadores, das lideranças políticas e comunitárias, e os que são deputados da base do governo estão sofrendo muito pela falta do cumprimento dos convênios, pela falta de execução de obras. Como dizia, ontem, numa conversa que tinha com o deputado Miltinho Pupio, que é meu companheiro deputado do Vale do Ivaí, e junto com ele o deputado Hermas Brandão, que percorremos quase que semanalmente a PRT 487, que liga Posto Paripa, Reserva, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, enfrentamos toda sorte de dificuldades para trafegar naquela rodovia estadual, que está desmanchando, também, falta de uma conservação que nos governos anteriores acontecia. Todos sabemos.

Disse o deputado Neivo Beraldin, ainda ontem, no almoço que nos governos de Álvaro Dias, Roberto Requião, o DER gastava em torno de 4 milhões de reais todos os meses, na conservação da malha rodoviária estadual. E gastava, também, cerca de 4 milhões de reais,

me lembro, com a Secretaria da Habitação para a construção de casa populares. Gastava outros tantos milhões no programa de calçamento de pedras irregulares e pavimentação de novas rodovias.

Então, companheiros, entendo, sim, que o momento de reflexão se faz presente no dia-a-dia, se faz presente para nós, da Oposição, como sempre esteve presente na nossa forma de atuar, mas muito mais agora, se faz presente na Bancada de apoio ao governo, porque temos que realinhar as coisas no Estado do Paraná.

Vejam, senhores deputados, falou-se aqui na falta de respeito político, que muitas vezes não se credita aos parlamentares e a esta Casa. Não vou entender isto como uma falta de respeito, mas, talvez pudesse ter sido adotado um ato, até, de gentileza com a Assembléia Legislativa, com este Plenário. Não sei se esta gentileza ocorreu com a Presidência da Casa, mas com o Plenário da Casa, parece que não.

Ontem, com muita rapidez e sem muito alarde, empossou-se Heinz Herwig, no Tribunal de Contas. Todos sabemos e já dissemos aqui, que o Tribunal é um órgão auxiliar desta Casa. Deve a esta Casa, sim, satisfação. E, ontem à tarde, recebi em meu gabinete um fax, me convidando para a Sessão Solene da posse, que jurídica e oficialmente, já aconteceu no dia de ontem.

Então, acho isso uma coisa irrelevante. Mas, é também, a mim parece, uma desconsideração ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, que merecia da parte daquela Corte, receber um comunicado oficial para que fosse aqui neste Plenário, registrada a posse do ilustre novo conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, nosso ex-colega da Assembléia, Heinz Herwig. Achei estranho receber um convite para uma posse solene, cuja posse oficial já aconteceu no dia de ontem.

Era isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/99, de autoria do deputado Beto Richa, que concede isenção aos portadores de deficiência física, conforme específica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 094/99

P A R E C E R :

A presente emenda visa corrigir a técnica legislativa no artigo 1º do referido projeto de lei no que tange ao cunho autorizatório, dependendo de parecer técnico do chefe do Poder Executivo para sua viabilização.

Tendo posto, firmamos nossa análise feita anteriormente, quanto a não existência de óbices legais e constitucionais ao projeto de autoria do deputado Beto Richa, pelo fato de já estar explícito no *caput* do artigo 1º quando se usa a expressão “nos termos de autorização do chefe do Poder Executivo e desta Lei”.

Por entendermos que a emenda ora analisada não prejudica a importância da intenção e do benefício aos portadores de deficiência física, damos nosso Parecer como Favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas com exames de DNA. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J..**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/99

P A R E C E R :

De autoria dos deputados José Maria Ferreira, Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli, os presentes projetos de lei pretendem autorizar o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA.

Encaminhamos em 24/03/99, 23/02/2000 e 08/05/2000, respectivamente, as proposições foram distribuídas a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que sejam examinadas quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Tais proposições foram apresentadas visando beneficiar os filhos nascidos fora da união legal, possibilitando mediante a comprovação dos laços de sangue, garantir os direitos a pensão alimentícia e herança.

Aface a anexação destes três projetos, resolvemos ratificar os Pareceres Favoráveis já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Lei nºs 124/99 e 037/2000, e sugerir uma Emenda Substitutiva Geral a fim de aproveitar toda a proposta apresentada, na forma integrada.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade das propostas em

questão, na forma da Emenda Substitutiva Geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 124/99

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA (Ácido Desoxirribonucleico) para comprovação de paternidade, quando solicitado em juízo.

Art. 2º - Somente poderão ser assistidos por esta lei, as pessoas que comprovarem renda igual ou inferior a 4 (quatro) salários mínimos.

Art. 3º - Para o efeito do disposto no artigo 1º, o Poder Público poderá contratar serviços de laboratórios particulares, por procedimentos normais de licitação até que o governo providencie condições para fazê-lo por conta própria.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de registrar que este projeto do deputado José Maria Ferreira que autoriza ao Estado custear as despesas com o exame de DNA, não poderia ser mais oportuno. É frequente sermos procurados, todos nós deputados, por senhoras, mães solteiras às vezes, pedindo recursos para o pagamento deste exame.

Quer dizer, este projeto é muito oportuno e eu não poderia deixar de parabenizar o deputado autor porque deveríamos já ter votado isto há muito tempo. O Estado deve dar esta garantia àquele que não pode arcar com as despesas.

E também me permita, senhor presidente, congratular-me também com o deputado César Seleme, que apresentou um projeto regulamentado a concessão de título de cidadania por esta Casa.

Já há muito que se pergunta, que nós deputados somos procurados para apresentar um projeto que regulamente a concessão destes títulos, para deixarmos de fazer o que muitas vezes esta Casa faz: apenas por amizade, por algum sentimento menos nobre e até em relação ao respeito e amizade ao deputado que subscreve o projeto, votamos, concedendo título que na verdade os portadores não fariam juz.

Portanto, não poderia deixar de fazer aqui estes dois registros aos dois projetos.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, este foi o primeiro projeto enquanto deputado que apresentei nesta Casa. Isto foi em 1995 e depois recebi no decorrer dele um projeto idêntico do deputado Fernando Ribas Carli em 1998 e também do deputado Edgar Bueno que contribuiu.

E, este projeto recebeu a contribuição de um substitutivo do deputado Antônio Carlos Belinati na Comissão de Constituição e Justiça que o melhorou. E, então, fizemos um trabalho juntamente com o deputado Fernando Ribas Carli e Edgard Bueno para que ele pudesse ser hoje votado e amanhã transformado em lei.

É uma proposição que vem atender justamente as famílias mais necessitadas e bem lembrou o deputado Basílio porque normalmente a mãe solteira não tem como provar a paternidade e o filho ou a filha ficam sem poder participar de todos os direitos de herança, de reconhecimento, enfim, os direitos civis e familiares de que são afetos. E, por isso, este projeto vem num momento importante inclusive reclamado pelo próprio Tribunal de Justiça. Nós tivemos uma audiência e Vossa Excelência acompanhou e estimulou para que o projeto hoje pudesse estar em votação.

Agradeço a compreensão do Plenário para o apoio a este projeto nosso e também o do deputado Cezar Silvestri porque é importante que a Casa resgate o valor da concessão e do mérito que foi dado a quem assim determinamos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o projeto ressalvada a emenda: **Aprovado o projeto, artigo por artigo**. Em votação a emenda: **Aprovada**.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido, emendas de Plenário, em número de 02 (duas), de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 090/2000

Acrescente-se ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, os seguintes incisos:

IV - ter reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensível;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, instituições nacionais e de cidadania;

VI - A proposta de concessão de título de cidadania honorária ou benemérita deve ser instruída com provas do preenchimento dos requisitos constantes neste artigo, em documentos emitidos por entidades representativas reconhecidas ou através de publicações em jornais ou revistas de circulação regular no Brasil ou no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 1º.11.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira e Ademir Bier.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Da nova redação ao Artigo 3º do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri.

“Art. 3º - O projeto de lei que versar sobre a concessão de título de cidadão honorário transcorrerá nas Comissões e na Sessão Plenária em votação secreta e maioria absoluta”.

Sala das Sessões, em 1º.11.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Ademir Bier.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 229/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 090, de 28.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/00

P A R E C E R :

O presente projeto de lei complementar, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, visa instituir a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências.

Autuada em 29/06/00, a proposição foi distribuída a esta Comissão de constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, art. 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada opinar, verificou que a matéria encontra-se embasada constitucionalmente no corpo do projeto em questão, e que a instituição da Região metropolitana só virá trazer

benefícios à comunidade que verá cada vez mais seus anseios serem atendidos.

Além dos municípios relacionados, temos outros a indicar, através da Emenda Aditiva para participarem da Região Metropolitana por serem interligados por fatores diversos, objetivando melhorar o desenvolvimento de cada um deles e de todos os municípios integrados.

Conclusão

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, na forma da Emenda Aditiva, em anexo.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2.000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 229/00

O Art. 1º do presente projeto de lei, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos municípios de Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, Reserva, Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Palmeira, Porto Amazonas, Carambeí, Jaguariaíva, Sengés, Arapoti, Imbaú, Ortigueira, Telêmaco Borba e Ventania.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2.000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ - Relator.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/00, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Alto Iguaçu e Serra do Mar, com sede e foro no município de Piraquara. **CM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 17.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 329/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Alto Iguaçu e Serra do Mar, com sede e foro no município de Piraquara.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer FAVORÁVEL.
Sala das Comissões, em 31.10.2000.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, com sede e foro no município de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 17.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 330/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, com sede e foro no município de Rio Negro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL.
Sala das Comissões em 31.10.2000.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2087, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2086, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 094 e 124/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 229/2000 e dos Projetos de Lei nºs 174, 289, 329 e 330/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2000.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 14ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões os nobres Pares desta Comissão, senhores deputados: Edson Strapasson (presidente desta comissão), Pastor Edson Praczyk, Moysés Leônidas, Hidekazu Takayama, Divanir Braz Palma, Péricles Mello. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada. Relator: deputado Edson Praczyk. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães. Relator: deputado Moysés Leônidas. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Sandra Zampier, secretária desta comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 14ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Duílio Genari, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Cesar Seleme e mais os deputados Marcos Isfer, Antonio Baratter e Irineu Colombo. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-veto nº 059/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 550/99, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Proposição-veto nº 057/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 518/99, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 03) Proposição-veto nº 058/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 546/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 04) Proposição-veto nº 060/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 621/99, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Proposição-veto nº 061/2000, de auto-

ria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 169/99, de autoria do deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 06) Proposição-veto nº 062/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 641/99, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 277/2000, de autoria do deputado Beto Richa. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Cesar Seleme; 08) Proposição-veto nº 064/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 179/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 09) Proposição-veto nº 063/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 587/99, de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 273/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 271/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse. O deputado relator Antonio Carlos Belinati requer diligência junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e do Tribunal de Contas - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 318/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 210/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 315/2000, de autoria do deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 067/2000, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 290/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 255/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Baratter - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 652/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, anexo ao Projeto de Lei nº 036/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Algaci Tulio; 19) Proposição-veto nº 056/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 620/99, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 20) Proposição-veto nº 055/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 091/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 294/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 258/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de

Lei nº 316/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 319/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Proposição-veto nº 066/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 239/99, de autoria do deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Proposição-veto nº 065/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 551/99, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 025/2000, de autoria dos deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, anexo ao Projeto de Lei nº 291/2000, de autoria do deputado Tiago Amorim. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
19ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Edson Praczyk, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Nereu Moura, Hermes Fonseca e mais o deputado Marcos Isfer. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 285/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 275/2000 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa. APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 307/2000 de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati. APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 296/2000 de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk na forma da emenda anexa. APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 162/2000 de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do

deputado Pastor Edson Praczyk na forma da emenda anexa. APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 324/2000 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 286/2000 de autoria do deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura na forma da emenda anexa. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
14ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões os nobres Pares desta comissão, em caráter extraordinário,

presidida pelo senhor deputado Edson Strapasson. Havendo número legal, e não havendo expediente a ser lido passou-se a seguinte propositura: Projeto de Lei nº 276/2000 - Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 12.027 de 04 de fevereiro de 1998 e Projeto de Lei nº 291/2000 - que autoriza o Poder Executivo a transferir por doação lotes urbanos à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar; de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk e deputado Tiago Amorim, respectivamente. Submetido a discussão por esta comissão tendo em vista solucionar uma questão legal oriunda das disposições na Lei nº 12.027 de 04 de fevereiro de 1998, que deixou uma lacuna referente às áreas que foram ocupadas por bens e logradouros públicos, com a indenização, na forma da lei, a quem de direito. Optou-se por unanimidade transcorrer em apenso as duas proposições pois dizem respeito ao mesmo assunto. Parecer: FAVORÁVEL-APROVADO do relator: deputado Edson Praczyk. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária desta comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária